

PODER de POLÍCIA

*Compreensão contemporânea do instituto e
discussão sobre a possibilidade de delegação
de seu exercício a entes privados*

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho

IELD

Ribeirão Preto, SP

2014

IELD Locação, Edição e Vendas de livros Ltda.

Rua Amadeu Amaral, 340 – cj 42 – Vila Seixas
Ribeirão Preto-SP – CEP: 14020-050

Capa e projeto gráfico: *Marcos Roberto Nicoli Jundurian*

Revisão: *Cristiane Framartino Bezerra*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cunha Filho, Alexandre Jorge Carneiro da

Poder de polícia: compreensão contemporânea do instituto e discussão sobre a possibilidade de delegação de seu exercício a entes privados / Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho – Ribeirão Preto, SP: IELD, 2014.

Bibliografia

ISBN: 978-85-67059-36-5

1. Delegação de poderes (Direito administrativo) - Brasil 2. Direito administrativo 3. Direito administrativo - Brasil 4. Poder de polícia 5. Serviços públicos I. Título.

14-11590

CDU-35 (81)

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Brasil : Direito administrativo 35 (81)

SUMÁRIO

Apresentação	13
Nota do Autor	15
Introdução	17
Parte I - Poder de Polícia e Regime Aplicável	
Capítulo 1: Poderes da Administração	23
Capítulo 2: Evolução da Noção de Poder de Polícia	25
Capítulo 3: Aspectos Conceituais do Poder de Polícia	27
3.1. Terminologia.....	27
3.2. Conceito	27
Capítulo 4: Críticas ao Poder de Polícia	37
Capítulo 5: Características do Poder de Polícia.....	41
5.1. Regime Jurídico.....	41
5.2. Poder de Polícia e Serviço Público	49
5.3. Polícia Geral e Especial: Conflito de Competências.....	51
5.4. Atributos.....	53
5.4.1. Discricionariedade e Vinculação.....	53
5.4.2. Coercibilidade	56
Sumário	11

5.4.3. Autoexecutoriedade.....	59
5.5. Modos de Exercício: Medidas Negativas e Positivas	61
5.6. Implicações no Delineamento de Atividades Lícitas.....	63
5.7. Papel na Prevenção e na Repressão de Atividades Ilícitas.....	63
5.8. Exercício Consensual?.....	66
5.9. Direito Adquirido e Expectativa Legítima.....	69
Parte II - Delegação do Poder de Polícia	
Capítulo 6: Delegabilidade a Entes Privados?.....	75
6.1. Posições Doutrinárias.....	80
6.1.1. Doutrina Nacional.....	80
6.1.2. Direito Estrangeiro	104
6.1.2.1. França	104
6.1.2.2. Itália	140
6.1.2.3. Espanha	146
6.1.2.4. Portugal	151
6.2. Jurisprudência	158
6.2.1. Tribunais.....	159
6.2.2. Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal	173
6.3. Nossas Considerações	187
6.3.1. Panorama Geral.....	187
6.3.2. Autarquias e Fundações de Direito Público.....	192
6.3.3. Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista.	194
6.3.4. Entidades de Classe.....	202
6.3.5. Particulares.....	205
Conclusão.....	213
Bibliografia	215